

Faltam mais de *5 milhões de* *moradias* no Brasil

Je
Jornal do
Engenheiro

Reintegração de posse em Itaquera, zona leste da Capital, em fevereiro: cerca de mil famílias que haviam invadido apartamentos do programa "Minha Casa Minha Vida" foram retiradas do local.

Além do déficit, é preciso enfrentar problemas com a inadequação de projetos populares, que não atendem critérios estabelecidos para o direito à habitação e perpetuam segregação social.

Página 5



Michelle Syreca/Sigmapress/Folhapress

Basta DE VIOLÊNCIA!

NESTE 8 DE MARÇO, Dia Internacional da Mulher, entram em pauta as várias questões envolvidas na luta pela igualdade de gênero, todas extremamente relevantes. Uma, entre elas, precisa ganhar a atenção urgente: a violência da qual dezenas de milhares de mulheres todos os anos ainda são vítimas, muitas vezes fatais. É mais que hora dar um basta definitivo a uma situação triste e absurda como a apontada por estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Em apenas uma década, entre 2001 e 2011, foram assassinadas 50 mil mulheres no Brasil, grande parte das quais em situação de violência doméstica ou familiar. Levantamento do Instituto Sangari demonstra que duas em cada três pessoas atendidas no Sistema Único de Saúde (SUS) em razão de violência doméstica ou sexual são mulheres. E em 51,6%, reincidência do episódio.

Eng. Murilo Celso
de Campos Pinheiro
Presidente

Os dados acima indicam um panorama inadmissível. A violência de gênero, física e sexual, mas também verbal ou psicológica, não pode ter lugar na nossa sociedade. O Brasil é signatário da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, também conhecida como Convenção de Belém do Pará, de 1994. Com base nesse documento, o crime foi tipificado na Lei Maria da Penha, de 2006. Foi certamente um avanço, mas que ainda não teve os resultados esperados. A impunidade ainda é extremamente frequente, como se vê por mais uma pesquisa, essa realizada pelo DataSenado com vítimas de violên-

cia. Os resultados indicam a falta de confiança no Estado para protegê-las do seu agressor que, acreditam, não será processado ou sofrerá a sanção devida. Portanto, é preciso mais. Uma alternativa bastante razoável é seguir, efetivamente, as recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU) para o assunto. São cinco os objetivos que a campanha “Una-se pelo fim da violência contra as mulheres” pretende alcançar até 2015 (www.onu.org.br/unase/sobre/objetivos): adotar e fazer cumprir leis nacionais para combater e punir todas as formas de violência contra mulheres e meninas; adotar e implementar planos de ação nacionais multissetoriais, ou seja, envolvendo diversos organismos governamentais e a comunidade; fortalecer a coleta de dados sobre a propagação da violência contra mulheres e meninas; aumentar a consciência pública e a mobilização social; e combater a violência sexual em conflitos. Pode-se considerar a receita da ONU pouco original, mas a novidade pode ser Estado e sociedade brasileira encararem o tema com a responsabilidade e a seriedade devidas. Implementar um plano desse tipo exige compromisso, que se

Em apenas uma década, entre 2001 e 2011, foram assassinadas 50 mil mulheres, grande parte das quais em situação de violência doméstica ou familiar.

traduz também em recursos financeiros. Para mostrar que acabar com o vergonhoso quadro de violência contra a mulher é de fato prioridade, o governo, o Congresso e as diversas instâncias de gestão pública devem estar dispostos a definir dotação orçamentária para tanto. A tarefa também cabe às entidades da sociedade civil, e o assunto já está na pauta da Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU), cujo Coletivo de Mulheres foi criado em 8 de março de 2013. No mais, cada cidadão e cidadã deste País precisa também comprometer-se com o fim da violência. Diferente do que ensina o ditado popular, em briga de marido e mulher, pode ser necessário meter a colher.



JORNAL DO ENGENHEIRO — Publicação quinzenal do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo

Diretora responsável: Maria Célia Ribeiro Sapucahy. Conselho Editorial: Murilo Celso de Campos Pinheiro, João Carlos Gonçalves Bibbo, Celso Atienza, João Paulo Dutra, Henrique Monteiro Alves, Marcos Wanderley Ferreira, Carlos Alberto Guimarães Garcez, Fernando Palmezan Neto, Antonio Roberto Martins, Edilson Reis, Esdras Magalhães dos Santos Filho, Flávio José Albergaria de Oliveira Brizida, Álvaro Luiz Dias de Oliveira, Aristides Galvão, Celso Rodrigues, Cid Barbosa Lima Junior, Fabiane B. Ferraz, João Guilherme Vargas Netto, Luiz Fernando Napoleone, Newton Güenaga Filho, Osvaldo Passadore Junior, Renato Becker e Rubens Lansac Patrão Filho. Colaboração: Delegacias Sindicais. Editora: Rita Casaro. Editora assistente: Soraya Misleh. Repórteres: Rita Casaro, Soraya Misleh, Lourdes Silva e Rosângela Ribeiro Gil. Projeto gráfico: Maringoni. Diagramadores: Eliel Almeida e Francisco Fábio de Souza. Revisora: Soraya Misleh. Apoio à redação: Luis Henrique Costa, Monique Alves e Jefferson Pereira. Sede: Rua Genebra, 25, Bela Vista — São Paulo — SP — CEP 01316-901 — Telefone: (11) 3113-2650 — Fax: (11) 3106-8829. E-mail: imprensa@seesp.org.br. Site: www.seesp.org.br. Tiragem: 31.000 exemplares. Fotalito e impressão: Folha Gráfica. Edição: 1º a 15 de março de 2014. Artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo a opinião do SEESP.

FILIAÇÃO A
ANATEC
PUBLICAÇÕES ESPECIALIZADAS



Política de resíduos sólidos e oportunidades na engenharia

Arnaldo Jardim

TIVE A HONRA e o privilégio de presidir o grupo de trabalho que elaborou a Lei 12.305 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), depois de quase duas décadas de discussões no Congresso Nacional. Promulgada em agosto de 2010 – sem vetos –, a política conceitua de maneira moderna o que se costuma chamar de lixo, já separando no texto da lei os resíduos sólidos – que podem ser reaproveitados para o bem da conservação ambiental e da economia – dos rejeitos de todas as atividades, que devem ser tratados e merecer um destino final ambientalmente correto.

A primeira intenção é a de se evitar a produção de resíduos ou rejeitos: não gerar, reduzir, reutilizar, reciclar.

A responsabilidade sobre os resíduos deve ser compartilhada entre o poder público, as empresas e os cidadãos. A gestão deve ser integrada e compreende, por exemplo, a elaboração de planos de gestão (nacional, estaduais, municipais e empresariais) e a inclusão social por meio do fortalecimento das cooperativas de catadores.

Quando eleito deputado federal, em 2006, assumi o compromisso de elaborar, articular e cobrar a aprovação da PNRS, após a bem-sucedida experiência com a Lei Estadual 12.300/2006, da qual fui autor e com a qual disciplinamos a gestão dos resíduos sólidos no Estado de São Paulo. Ali e na Lei Federal, empenhamo-nos em promover a participação da sociedade para superar a politização de questões pontuais.

A PNRS tem importantes repercussões sociais na área de saúde pública e na economia. Em 2012, por exemplo, a reciclagem de latas de alumínio para bebidas movimentou R\$ 1,8 bilhão no País. Somente a etapa de coleta (a compra das latas usadas) fez circular R\$ 645 milhões, o equivalente à geração de emprego e renda para 251 mil pessoas.

No campo da engenharia, a nova política acena com demandas permanentes originadas no desenvolvimento de tecnologias, equipamentos e processos. E com as necessidades de formação de equipes

multidisciplinares para a elaboração de planos estaduais e municipais, de projetos, de gerenciamento de resíduos e estabelecimento de normas e procedimentos técnicos. O setor é globalmente muito dinâmico e está totalmente aberto à inovação.

À PNRS devem se somar as outras políticas nacionais críticas para o desenvolvimento sustentável do País, como de saneamento, de mudanças climáticas, de meio ambiente e de educação ambiental. Aliás, sem educação continuada para a formação da cidadania como substância do desenvolvimento democrático, pouco se avançará na implantação da PNRS.

O Brasil desperdiça R\$ 8 bilhões por ano ao não manejar adequadamente seus resíduos sólidos urbanos. Toneladas de embalagens e outros materiais remetidos ao “lixo” têm valor econômico destacado e podem basear o surgimento de novos e prósperos negócios oriundos da reciclagem, reúso e reaproveitamento de resíduos. Quem sabe não será por aí que as cidades brasileiras começarão a resolver o pagamento secular de uma das piores faturas das gestões municipais: a da coleta e destino final dos resíduos e rejeitos gerados pela sociedade nas áreas urbanas?

Arnaldo Jardim é deputado federal (PPS/SP), vice-presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Engenharia. Presidiu o Grupo de Trabalho que formulou a Política Nacional de Resíduos Sólidos

POSITIVO, OPERANTE



Qual o horizonte que sua empresa quer alcançar?

Divulgue seu produto ou serviço aos engenheiros do Estado de São Paulo.

Anuncie aqui!

(11) 99173-0651

(11) 3284-9880

Sua ART pode beneficiar o Sindicato dos Engenheiros. Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo “entidade de classe”. Com isso, você destina 16% do valor para o SEESP. Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.



Dez anos de previdência complementar aos engenheiros

Rosângela Ribeiro Gil

PRIMEIRO PLANO do gênero idealizado por uma instituição de classe no Brasil, o SEESPprev completa, em 2014, dez anos de existência, com uma reserva matemática de mais de R\$ 4 milhões. Iniciativa desse sindicato, o fundo é da modalidade Contribuição Definida (CD) e tem como objetivo proporcionar aposentadoria complementar aos seus associados e agregados, além de benefícios programados, calculados em função do saldo acumulado do participante.

“Bem antes de 2003, já percebíamos que o modelo público vigente no País não atendia aos nossos profissionais, que praticamente ficavam sem perspectivas decentes na hora da aposentadoria”, observa o diretor do SEESP, Flávio Oliveira Brízida.

Ele lembra que mesmo antes da implementação do fator previdenciário – fórmula criada em 1999, que chega a diminuir em 40% o valor da aposentadoria –, existiam outros redutores dos proventos de quem saía do mercado. “O engenheiro trabalhava a vida toda e, na hora de se aposentar, o que receberia do INSS (*Instituto Nacional do Seguro Social*) não daria para manter nem 30% do seu padrão de vida.” A preocupação fez com que o sindicato participasse de várias ações junto aos governos e ao Congresso Nacional e empreendesse estudos sobre a criação de uma modelagem específica para a categoria.

O debate nacional resultou na assinatura da Lei Complementar nº 109, em maio de 2001. Tal norma regularizou o regime de previdência complementar para a iniciativa privada, organizado de forma autônoma em relação ao sistema geral de previdência social e baseado na formação de reservas que garantissem o benefício. “A LC 190

foi uma grande evolução e nos permitiu elaborar o nosso plano, não só para garantir uma aposentadoria mais digna ao nosso associado, mas também aos seus filhos e netos”, ressalta Brízida.

Planejamento

Foi o que fez o presidente da Delegacia Sindical do SEESP na Baixada Santista, Newton Guenaga Filho. Ele adquiriu quatro planos, contemplando também a esposa e os dois filhos. “Antes de aderir, fiz todos os esclarecimentos junto ao Banco do Brasil e percebi que era um bom negócio, principalmente porque é um plano de previdência fechado, ou seja, tem menos custos, e ainda pode ser descontado no Imposto de Renda”, argumenta.

Guenaga planejou a sua participação no SEESPprev de forma estratificada. “O da minha esposa foi, na verdade, uma espécie de poupança preventiva para os estudos dos filhos que, à época, tinham entre oito e nove anos de idade. Hoje, ela paga a faculdade deles com a complementação.” Na sua opinião, trata-se de uma alternativa de planejamento de vida. “Você sabe que vai envelhecer e terá uma queda na sua renda ao se aposentar. O SEESPprev entra nesse momento”, destaca.

A opção pelo Banco do Brasil se deu por causa da solidez da instituição e das vantagens que foram oferecidas, como taxas de administração bem competitivas. “Um projeto desse vulto e tamanho, que envolve o futuro dos nossos associados, só pode estar ligado à credibilidade”, realça Brízida. O dirigente explica que as contribuições do SEESPprev são

depositadas diretamente na conta do banco, sem passar pelo setor financeiro do sindicato. O plano se configura da seguinte forma: a carteira é administrada pelo maior fundo previdenciário do País, o Previ, dos funcionários do Banco do Brasil, criado em 1904. “Vinculamo-nos ao que há de melhor no mercado em termos de previdência complementar.”

Iniciativa desse sindicato, SEESPprev já conta com reserva matemática de mais de R\$ 4 milhões.

Fora isso, a BB Previdência faz a gestão técnica dos recursos depositados e o programa atuarial, e a aplicação dos recursos é feita pela BB Gestão de Recursos DTVM (Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.). Guenaga assegura a eficiência do sistema de segurança e transparência do plano, informando que auditores fiscais independentes do BB enviaram uma carta a sua esposa, perguntando se ela estava recebendo corretamente as parcelas.

A única condição para aderir ao SEESPprev é o profissional ser filiado ao sindicato. A partir daí, ele pode programar o seu plano e de outros agregados. Detalhes podem ser obtidos na sede do SEESP (Rua Genebra, 25, 3º andar, Bela Vista, São Paulo), pelo telefone (11) 3113-2638 ou e-mail previdencia@seesp.org.br.



Beatriz Arruda

“Pensamos em garantir dignidade ao engenheiro na hora da aposentadoria”, ressalta Flávio Brízida.

DELEGACIAS DO SINDICATO – ALTA MOGIANA: Av. Mogiana, 1.885 – Ribeirão Preto – CEP: 14075-270 – Tels.: (16) 3628-1489 - 3969-1802 – E-mail: altamogiana@seesp.org.br. ALTO TIETÊ: R. Coronel Souza Franco, 720 – CEP: 08710-020 – Tel./fax: (11) 4796-2582 – E-mail: seesp.mogidascruzes@terra.com.br. ARAÇATUBA: R. Antônio Pavan, 75 – CEP: 16020-380 – Tel.: (18) 3622-8766 – E-mail: aracatuba@seesp.org.br. ARARAQUARA: R. São Bento, 700 – 10º and. – sala 103 – CEP: 14800-300 – Tel./Fax: (16) 3322-3109 – E-mail: araraquara@seesp.org.br. BAIXADA SANTISTA: Av. Senador Pinheiro Machado, 424 – Santos – CEP: 11075-000 – Tel./Fax: (13) 3239-2050 – E-mail: baixadasantista@seesp.org.br. BARRETOS: Av. Cinco, nº 1.145 – CEP 14783-091 – Telefones: (17) 3322-7189 - 3324-5805 - 3322-8958 – E-mails: barretos@seesp.org.br - seespbarretos@uol.com.br - seespbarretos@gmail.com. BAURU: Rua Constituição, 8-71 – CEP: 17013-036 – Tel./Fax: (14) 3224-1970 – Página: seesp.org.br/bauru.html – E-mail: secretaria@seespbauru.org.br. BOTUCATU: R. Rangel Pestana, 639 – CEP: 18600-070 – Tel./Fax: (14) 3814-3590 – E-mail: botucatu@seesp.org.br. CAMPINAS: Av. Júlio Dimiz, 605 – CEP: 13075-420 – Tels.: (19) 3368-0204 / 0205 / 0206 – E-mail: campinas@seesp.org.br. FRANCA: R. Voluntário Jaime de Aguiar Barbosa, 1.270 – CEP: 14403-365 – Tels.: (16) 3721-2079 - 3722-1827 – E-mail: franca@seesp.org.br. GRANDE ABC: R. Haddock Lobo, 15/19 – Santo André – CEP: 09040-340 – Tel.: (11) 4438-7452 – Fax: (11) 4438-0817 – E-mail: abc@seesp.org.br. GUARATINGUETÁ: R. Pedro Marcondes, 78 – sala 34 – CEP: 12500-340 – Tel./Fax: (12) 3122-3165 – E-mail: guaratingueta@seesp.org.br. JACAREÍ: Av. Pensilvânia, 531 – CEP: 12300-000 – Tel./Fax: (12) 3952-4840 – E-mail: jacarei@seesp.org.br. JUNDIAÍ: R. Prudente de Moraes, 596 – CEP: 13201-004 – Tel.: (11) 4522-2437 – E-mail: jundiaseesp@terra.com.br. LINS: Rua Rio Branco, 273 – Ed. Galeria Torre de Lins – 9º andar – Sala 94 – Centro – Lins/SP – CEP: 16400-085 – Tel.: (14) 3522-2119 – E-mail: seespplins@terra.com.br. MARÍLIA: R. Carlos Gomes, 312 – cj. 52 – CEP: 17501-000 – Tel./Fax: (14) 3422-2062 – E-mail: seespmar@uol.com.br. PINDAMONHANGABA: R. Dr. Rubião Junior, 192 – 3º andar – sala 32 – CEP: 12400-450 – Tel./Fax: (12) 3648-8239 – E-mail: pinda@seesp.org.br. PIRACICABA: R. Benjamin Constant, 1.575 – CEP: 13400-056 – Tel./Fax: (19) 3433-7112 – E-mail: piracicaba@seesp.org.br. PRESIDENTE PRUDENTE: R. Joaquim Nabuco, 623 – 2º andar – sala 26 – CEP: 19010-071 – Tel./Fax: (18) 3222-7130 – E-mail: pprudente@seesp.org.br. RIO CLARO: Rua Cinco, 538 – Salas 1 e 2 – Centro – CEP 13500-040 – Tel./Fax: (19) 3534-9921 – E-mail: rioclaro@seesp.org.br. SÃO CAETANO DO SUL: Estrada das Lágrimas, 1.708 – Tel.: (11) 2376-0429 – E-mail: saocaetano@seesp.org.br. SÃO CARLOS: R. Rui Barbosa, 1.400 – CEP: 13560-330 – Tel./Fax: (16) 3307-9012 – E-mail: scarlos@seesp.org.br. SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: R. Paulo Setubal, 147 – sala 31 – CEP: 12245-460 – Tel.: (12) 3921-5964 – Fax: (12) 3941-8369 – E-mail: seespjic@uol.com.br. SÃO JOSÉ DO RIO PRETO: Alameda das Orquídeas, 150 – CEP: 15061-150 – Tel./Fax: (17) 3232-6299 – E-mail: sjriopreto@seesp.org.br. SOROCABA: R. da Penha, 140 – CEP: 18010-000 – Tel./Fax: (15) 3231-0505 / 3211-5300 – E-mail: sorocaba@seesp.org.br. TAUBATÉ: Rua Venezuela, 271 – CEP: 12030-310 – Tels.: (12) 3633-5411 - 3631-4047 – Fax: (12) 3633-7371 – E-mail: taubate@seesp.org.br.

POLÍTICA HABITACIONAL PARA *garantir* MORADIA ADEQUADA

Soraya Misleh

A REINTEGRAÇÃO de posse no Conjunto Habitacional Caraguatatuba, na Cohab II, em Itaquera, zona leste da Capital, concluída em 20 de fevereiro, expõe o quadro perverso da exclusão social, que tem como uma de suas faces o déficit habitacional. Sem ter onde morar, cerca de mil famílias haviam invadido o local em julho de 2013. Agora, foram obrigadas a desocupar os 940 apartamentos do “Minha Casa Minha Vida”.

Apresentado como o principal programa para reduzir esse grave cenário, em sua segunda fase, esse enfrenta, contudo, problemas estruturais, na visão de especialistas.

No Estado, faltam 1,1 milhão de moradias, sendo 230 mil na Capital, segundo informação oficial. No País, são 5,4 milhões de residências – 8,8% dos domicílios brasileiros, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE/Pnad), relativos a 2011. Esse número se reduziu em 6,2% entre 2007 e 2011, segundo nota técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) de maio de 2013. São Paulo correu na contramão, com uma elevação de 0,6%.

Conforme a assessoria de comunicação do Ministério das Cidades, entre 2009 e 2014 (fases 1 e 2), foram contratadas cerca de 3,2 milhões de unidades para compor o “Minha Casa Minha Vida” em todo o País. O Estado de São Paulo conta com o maior número: 579.506. O valor do investimento é de R\$ 198,96 bilhões. Todavia, até 31 de dezembro de 2013, haviam sido liberados apenas R\$ 35,3 bilhões desse montante – recursos do Orçamento Geral da União. No programa de rádio “Café com a presidenta” veiculado em 9 de dezembro último, Dilma Rousseff in-

formou que, do total contratado, 1,4 milhão de casas já haviam sido entregues.

Para o advogado e urbanista Rodrigo Faria Iacovini, pesquisador do Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade (LabCidade) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), o programa, entretanto, “pouco se volta às necessidades habitacionais da população pobre brasileira, muito menos se baseia nos padrões estabelecidos internacionalmente para efetivação do direito humano à moradia adequada através de políticas habitacionais”. Segundo ele, sete elementos precisariam estar presentes para tanto: segurança da posse (o direito de morar sem o temor de remoção, ameaças indevidas ou inesperadas); disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos próximos; custo acessível para aquisição ou aluguel da residência; condições de habitabilidade; não discriminação e priorização de grupos vulneráveis; localização adequada; e adequação cultural (respeito à identidade e diversidade cultural na forma de construir e nos materiais utilizados). Faria exemplifica: “Em termos de localização, a situação é crítica. Não se trata apenas da distância física dos empreendimentos ao centro das cidades, mas também da perpetuação da segregação social representada. Em regiões metropolitanas como São Paulo e Campinas, é possível observar que não somente se continua a produzir habitações em áreas muito longe, como isso continua a ocorrer naquelas regiões tradicionalmente reservadas à população pobre. E em muitos casos, ainda seria possível a produção desses empreendimentos em localidades mais centrais.” Também têm sido problemáticas, na sua visão, as questões da habitabilidade e da adequação cultural. Excessiva padronização dos imóveis, edificações muito pequenas, problemas construtivos, como grandes vazamentos, umidade, rachaduras, bem como de conforto ambiental, com pouca ventilação e ruídos

excessivos devido ao baixo isolamento acústico, são algumas das consequências.

Na sua opinião, isso ocorre porque o “Minha Casa Minha Vida” foi desenhado “como uma forma de injetar recursos no setor da construção”, de modo a combater os efeitos da crise financeira internacional a partir de 2008. Conforme Carlos Augusto Ramos Kirchner, diretor do SEESP, por seu viés econômico, o programa resultou ainda em especulação imobiliária. “O preço do terreno nunca esteve tão inacessível como agora.”

Soluções

Na ótica de Faria, para sanar o déficit habitacional, deve se pensar em um conjunto de soluções, a integrar uma política definida para o setor. “Seria interessante, por exemplo, que se dispusesse de uma estratégia de locação social. É ainda preciso aproveitar o expressivo número de imóveis vazios existentes em áreas centrais das grandes capitais brasileiras, transformando-os em habitações de interesse social. Por fim, é urgente enfrentar a questão fundiária no País, ou seja, democratizar o acesso ao solo urbano infraestruturado e bem localizado para a população pobre.”

Para Kirchner, pode contribuir para mudar o quadro atual a implementação efetiva das leis federal e estadual de assistência técnica pública e gratuita à baixa renda. Assim, seria possível contar com engenharia pública na reforma dos imóveis vazios e melhoria dos usados. Com isso, os padrões exigidos ao direito humano à moradia elencados pelo pesquisador do LabCidade estariam garantidos.

No caso da construção personalizada e com acompanhamento de profissional qualificado, exemplo bem-sucedido é o Programa de Moradia Econômica (Promore), instituído pelo SEESP em 1988 inicialmente no município de Bauru e hoje implementado também em Campinas, Piracicaba e Ribeirão Preto, em convênio com as prefeituras. Somente na primeira cidade, já foram atendidas 14 mil famílias.

Edson Lopes Jr./A2 Fotografia



Casas populares entregues pelo governo paulista em dezembro último no município de Morro Agudo (SP): padronização.

*Para especialista,
Minha Casa Minha
Vida perpetua
segregação social e
não resolve problema.*



NA TRAJETÓRIA DO SEESP, O PROTAGONISMO NA CONSTITUINTE

Soraya Misleh

UM DOS GRANDES exemplos da consolidação do SEESP enquanto entidade-cidadã se deu durante o processo de redemocratização nacional. Nesse contexto, tem importância histórica sua participação decisiva na elaboração do Capítulo de Ciência e Tecnologia da Carta Magna de 1988, durante a Assembleia Constituinte. “Foi uma demonstração de organização, capacidade de mobilização e de influência do sindicato”, destaca seu presidente, Murilo Celso de Campos Pinheiro.

Ele lembra que os movimentos sociais e populares efetivamente participaram desse processo inédito, daí a denominação Constituição Cidadã – que em 5 de outubro de 2013 completou 25 anos. “O SEESP fez parte desse grande movimento e deu contribuição sobretudo em seu campo de atuação – engenharia e tecnologia –, em prol da categoria que representa e da sociedade como um todo”, afirma.

A luta por garantir as conquistas expressas no Capítulo de Ciência e Tecnologia se mantém atual e consta tanto do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” – que propugna pelo desenvolvimento nacional sustentável com inclusão social, lançado pela Federação Nacional dos Engenheiros (FNE) em 2006, com a adesão desse sindicato – quanto do “Brasil 2022: o País que queremos” e da campanha “Por um Sistema Nacional de

Educação Continuada dos Profissionais Universitários” (que é parte do “Brasil Inteligente”) – iniciativas da Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU), com vistas respectivamente a uma nação mais justa e à garantia de requalificação profissional aos seus representados.

História

O protagonismo do SEESP na elaboração do Capítulo de C&T durante a Constituinte foi fruto de uma luta que já vinha travando quando se ensaiavam os primeiros passos rumo à abertura democrática em 1985. “Esse debate já vinha sendo feito pela entidade”, atesta Allen Habert, presidente do sindicato entre 1986 e 1989. Conforme ele, a defesa da engenharia consultiva a partir de 1982, em função de desmonte do setor, foi uma sinalização nesse sentido.

A bandeira levantada em prol da tecnologia nacional desembocou no Movimento de Ciência e Tecnologia na Constituinte, iniciativa do SEESP e da FNE, que contaria, entre seus coordenadores nacionais, com os presidentes das duas entidades: Habert e Antonio Octaviano. “Para alcançar o objetivo audacioso de elaborar um capítulo de ciência e tecnologia na Constituição Federal, era preciso juntar esforços. Assim, reunimos, ao longo de dois anos, 250 organizações, entre entidades sindicais, associativas e empresariais, além de instituições acadêmicas, de pesquisa e governamentais”, lembra o ex-presidente do SEESP. Feita a mobilização, o passo seguinte foi realizar assembleias em todo o País. “Isso redundou em um conjunto de itens que fechamos num evento na UnB (*Universidade de Brasília*) em abril de 1987, em que se consensuou nossa visão sobre o tema”, conta Habert. Como parte do trabalho, foram feitas gestões junto ao Legislativo e Executivo e uma série de audiências públicas no Congresso Nacional.

Em ata da reunião de instalação da Subcomissão de Ciência e Tecnologia e

da Comunicação no Senado, em 7 de abril de 1987, a então deputada federal Cristina Tavares (PMDB-PE) foi designada relatora do que viria a ser o capítulo IV da Carta Magna (Da Ciência e Tecnologia). Em seu pronunciamento na ocasião, ela afirmou a responsabilidade daquele grupo: “definir o papel do Brasil no século que vem. (...)”. A parlamentar apresentou ainda uma série de informes sobre a participação social nesse processo. Assim, anunciou a realização, “neste momento, de um Congresso de Engenheiros. São mais de 100 entidades – hoje, pela manhã, tivemos o prazer de estar na abertura, juntamente com o senador Pompeu de Sousa – que estão em Brasília, formulando propostas que serão entregues a esta subcomissão. (...) o grupo dos engenheiros, tendo à frente o presidente da Federação dos Engenheiros do Brasil, gostaria de entregar a esta subcomissão as propostas que estão sendo finalizadas em debates, hoje e amanhã, na Universidade de Brasília”.

Ao final do evento na UnB, foram aprovadas oito propostas, apresentadas à Subcomissão. Com amplo apoio dos parlamentares, tais foram condensadas nos artigos 218 e 219, relativos ao capítulo IV da Carta Magna. O primeiro deles determina que “o Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas”. Já o último esclarece que “o mercado interno integra o patrimônio nacional e será incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e socioeconômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do País, nos termos da lei federal”. De acordo com Habert, a inclusão desse capítulo foi fundamental para “disseminar a cultura do desenvolvimento nas constituições estaduais, em 1989, e nas municipais, em 1990”. Movimentos que também tiveram ampla participação do SEESP.

ENCONTRO DE ENGENHEIROS PAULISTAS PELA CONSTITUINTE

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Arquivo SEESP



Momento histórico: participação decisiva do SEESP na Constituinte, promovendo debates que culminaram no Capítulo de Ciência e Tecnologia da Carta Magna de 1988.

Novidades

Problemas de audição

No Centro Auditivo Viver é possível fazer exame de audiometria e comprar aparelho auditivo. Localiza-se na Avenida Nove de Julho, 40, conjunto 9 B, Centro, na Capital. Mais informações pelo *e-mail* viver@centroauditivoviver.com.br e no *site* www.centroauditivoviver.com.br ou pelo telefone (11) 3120-4885. Descontos de 30% no exame e 20% na aquisição do aparelho.

Farmácias de manipulação *delivery*

Produtos alopáticos, odontológicos e veterinários, alimentação natural, dietética, florais e cosméticos são comercializados na Sampa-pharma Laboratório de Manipulação. Situa-se na Avenida Angélica, 651, Higienópolis, na Capital. Mais informações pelo telefone (11) 3666-3332, *e-mail* filhojas@hotmail.com e no *site* www.pharmaceutica.com.br. Descontos de 20% (nos pagamentos em até duas vezes), 15% (em três) e 30% (a vista).

Outra dica é a Derma Quality, na Avenida Padre Antônio dos Santos, 1.062, no Brooklin, na Capital. Mais informações pelo telefone (11) 5505-4330, *e-mail* www.dermaquality.com.br e no *site* andre@dermaquality.com.br. Desconto de 30% (sem taxa de entrega).

Convênios

Comércio e serviços

- **Magazine Amélia** – Roupas infantis e de adultos, sapatos, tênis, enxoval de bebê, bolsas etc.. Rua Engenheiro Arruda Pereira, 1.420, Cerâmica, São Caetano do Sul (SP). Informações pelo telefone (11) 4238-9476 e *e-mail* magazineamelia@terra.com.br. Desconto de 5% nos pagamentos a vista, exceto nas promoções.
- **Ótica Gil Lancaster** – São 25 lojas na Capital e Grande São Paulo. Informações pelo telefone (11) 3211-2347 e *e-mail* saobento@oticapopular.com. Desconto de 50% nas armações e lentes nacionais monofocais; 25% nas importadas; 15% nas multifocais, nos pagamentos a vista, com cartão ou mediante carnê, com entrada e parcelado em até dez vezes.

Educação infantil e fundamental

Estão ao alcance dos associados ao SEESP e seus dependentes, no Colégio Objetivo Saúde, na Capital, educação infantil na Rua Apotribu, 57, e ensino fundamental na Avenida Jabaquara, 1.803. Mais informações pelo telefone (11) 5078-6136/7627 e no *site* www.objetivosauade.com.br. Desconto parceria pontualidade de 20% nas mensalidades aos alunos do período integral (exceto berçário e turmas baby I e II), nos cursos de educação infantil (a partir do infantil I) e ensino fundamental I.

Professores de plantão

Matemática, química, física, português, biologia e atualidades são disciplinas cujas dúvidas podem ser esclarecidas por estudantes do ensino básico e superior com tutores *online* por vídeo, áudio e *chat*. Mais informações pelo *e-mail* contato@professoresdeplantao.com.br e no *site* www.professoresdeplantao.com.br. Desconto de 15%.

Trabalhos de portaria e limpeza

Com atuação no mercado há 14 anos, a Slimport oferece essa prestação de serviços. Dispõe de profissionais treinados e alinhados aos padrões existentes no mercado. Mais informações pelo *e-mail* contato@slimport.com.br, *site* www.slimport.com.br ou telefone (11) 2092-6438. Descontos de 5% a 10%.

Revestimentos e pinturas

Assentamento de revestimentos e pintura em geral na Construção do Futuro Obras e Serviços. Fica na Avenida Engenheiro Caetano Álvares, 3.536, no bairro do Limão, na Capital. Mais informações pelo telefone (11) 2305-5110, *e-mail* atendimento@azulejistadofuturo.com.br e no *site* www.azulejistadofuturo.com.br. Desconto de 10%.



- **Óptica Raios do Sol** – Rua Tito, 1.461, Lapa, na Capital. Informações pelo telefone (11) 3868-3338, *e-mail* optica@raiosdosol.com.br e no *site* www.raiosdosol.com.br. Desconto de 35%.
- **Web Flowers Brasil** – Entrega de flores no Brasil e exterior. Largo São Francisco, 187, centro, na Capital. Informações pelos telefones (11) 3242-5241, 3106-2239, 98123-3802 e 99606-4544 (atendimento 24h para aquisição de coroa de flores, nos dois últimos números), *e-mail* contato@webflowersbrasil.com.br e no *site* www.webflowersbrasil.com.br. Desconto de 10%.
- **Projeto Academia** - Centro Universitário Senac – *Campus* Santo Amaro. Avenida Engenheiro Eusébio

- Stevaux, 823, Jurubatuba, na Capital. Informações pelo telefone (11) 5682-7755, *e-mail* contato@projetoacademia.com.br e no *site* www.projetoacademia.com.br. Descontos de 15% a 25%.
- **Focus Escola de Fotografia** – Cursos presenciais e a distância. Rua Riachuelo, 265, 1º andar, Sé, no Centro. Informações pelos telefones (11) 3104-6951 e 3107-2219, *e-mail* info@escolafocus.com.br e no *site* www.escolafocus.com.br. Desconto de 5%.

Atenção: os benefícios SEESP são válidos para associados de todo o Estado. Consulte relação completa no *site*

www.seesp.org.br



Pela aprovação da carreira de Estado para engenheiros



Murilo Pinheiro (1º da esquerda para a direita) participa de mobilização pela aprovação de projeto favorável à categoria.

Mais uma etapa pela valorização da categoria se deu no dia 18 de fevereiro, quando a Federação Nacional dos Engenheiros (FNE) e outras entidades representativas estiveram com a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), no Congresso Nacional, tratando do projeto de lei (PL) que cria a carreira de Estado para engenheiros, arquitetos e agrônomos nas três instâncias de governo: federal, estadual e municipal. A parlamentar foi receptiva ao pleito dos

profissionais. Para o presidente da federação, Murilo Pinheiro, é preciso dar esse passo fundamental para a organização do Estado e da mão de obra imprescindível ao seu funcionamento.

Aprovado em 7 de agosto de 2013 pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado, o PL aguarda apreciação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Casa. Caso aprovado, vai à sanção presidencial.

Presidente da CNTU tem reunião no Palácio do Planalto

À frente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU), Murilo Pinheiro esteve em audiência na Secretaria-Geral da Presidência da República, no dia 26 de fevereiro, em Brasília, para falar sobre a organização sindical desses profissionais. O dirigente mostrou a importância de se abrir uma agenda para que o tema seja debatido nacionalmente.

Criada em dezembro de 2006, a entidade, que representa engenheiros, economistas, farmacêuticos, médicos, nutricionistas e

odontologistas, tem se destacado por sua atuação em defesa dos direitos dessas categorias, pelo desenvolvimento socioeconômico brasileiro, pela democracia e pelo fortalecimento do movimento sindical como um todo.

Na ocasião, Pinheiro convidou o ministro Gilberto Carvalho para a posse da nova diretoria do SEESP, em 17 de março, às 20h, no Plenário Juscelino Kubitschek de Oliveira, na Assembleia Legislativa de São Paulo, assim como para as comemorações em homenagem aos 80 anos do sindicato.

Prevenir acidentes no setor elétrico

O alto número de acidentes e mortes no setor elétrico chamou atenção do Congresso Nacional, que solicitou à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) uma explicação sobre o assunto. Tal fato fez com que a agência reguladora e o Ministério da Previdência Social realizassem uma reunião, em 12 de fevereiro último, em Brasília, com empresários do setor e representantes dos trabalhadores, para tratar da realização de uma campanha nacional sobre o assunto.



O diretor do SEESP, José Manoel Teixeira, participou da atividade, representando a Federação Nacional dos Engenheiros (FNE). Ele observa que a iniciativa é muito oportuna, lembrando que o sindicato, inclusive, já externou sua preocupação com relação aos acidentes no setor junto ao Ministério Público do Trabalho. A ideia da campanha, segundo o dirigente, é esclarecer sobre os riscos da atividade para os trabalhadores do setor e também a sociedade. Ela deverá ser veiculada em emissoras de televisão e outros meios de informação.

Estudo do Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) aponta que de cada dez vítimas de acidentes de trabalho no Brasil, oito são terceirizadas. Esses últimos perfazem, no setor elétrico, mais da metade da força de trabalho – em 2008, de um total de 222 mil trabalhadores, 121 mil encontravam-se nessa situação.

Profissionais do Metrô ganham ação

No ano de 2000, o Metrô, por ocasião da negociação coletiva de trabalho, não concedeu o reajuste decorrente da inflação no período. Com o Dissídio Coletivo, a companhia foi condenada a fazê-lo. Em audiências ocorridas na Justiça do Trabalho em janeiro e começo de fevereiro, o Metrô se

propôs a liquidar o processo, solicitando prazo para apresentar proposta. A juíza, com a concordância do SEESP, acolheu o pedido e designou, para tanto, nova audiência para 7 de março. Estão contemplados nessa ação os engenheiros que trabalhavam no Metrô em abril de 2000.

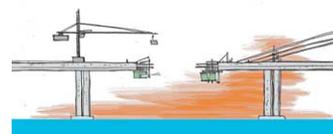
Categoria inicia campanha salarial na Usiminas-Cubatão

A Delegacia Sindical do SEESP na Baixada Santista abriu a campanha salarial dos engenheiros da Usiminas-Cubatão, cuja data-base é 1º de maio, com a realização da já tradicional pesquisa eletrônica, solicitando aos profissionais que discutam as seguintes questões: sugestões de reivindicações, estratégias de ação, problemas específicos etc.. As propostas podem ser enviadas para a delegacia pelo e-mail baixadasantista@seesp.org.br.

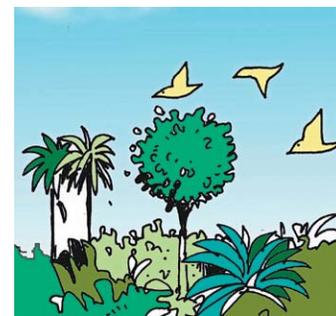
Revisão da NR-18 é discutida no sindicato

Entre os dias 17 e 21 de fevereiro, os grupos de trabalho Máquinas e Equipamentos e Trabalho em Altura, que tratam da revisão da Norma Regulamentadora 18 (relativa às condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção), reuniram-se na sede do SEESP, na Capital paulista. A revisão da norma, iniciada com consulta pública em 2013, se justifica diante do incremento no número de grandes obras de infraestrutura realizadas no País nos últimos anos.

Os GTs congregam representantes patronais, dos empregados e do governo. Com relação ao trabalho em altura, foram discutidos os itens estruturas metálicas, andaimes, cabos de aço e de fibra sintética, cintas, escadas, rampas e passarelas etc..



VII EcoSP acontecerá em abril de 2015



Em sua sétima edição, o Encontro Ambiental de São Paulo (EcoSP), promovido pelo SEESP e Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), ocorrerá em abril de 2015, no Novotel São Paulo Center Norte, na Capital. O evento consolida-se como importante fórum à discussão sobre o tema premente do desenvolvimento sustentável. Carlos Alberto Guimarães Garcez, vice-presidente do SEESP e um dos idealizadores do evento, observa que a engenharia é peça-chave nesse debate. Mais informações sobre o VII EcoSP no site www.ecosp.org.br.